

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

*Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados para o período findo
em 31 de dezembro de 2017*

I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras:

1 - Entidades incluídas na consolidação:

As entidades incluídas na consolidação foram o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) e os Serviços de Ação Social Escolar do IPV (SAS), abrangidos na consolidação pela existência ou presunção de controlo. Este, resulta designadamente da capacidade de estabelecer políticas financeiras e operacionais dos Serviços de Ação Social, uma vez que é ao Presidente do IPV que compete presidir o Conselho Administrativo e nomear o Administrador, que são os órgãos executivos da Instituição.

Acresce referir que a consolidação se encontra também definida nos próprios Estatutos do IPV (publicados a através do Despacho Normativo nº 12-A/2009, em 27 de março).

Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico – Viseu

Código de classificação orgânica: 09.1.03.81.00

Tutela: Ministério do Ensino e da Ciência

Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos

NPC: 680 033 548

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Superior Politécnico de Viseu

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico – Viseu

Código da Classificação Orgânica: 09. 1.03. 82.00

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos

NPC: 600 044 742

3- Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício das entidades públicas incluídas na consolidação por categorias.

Os recursos humanos afetos no exercício ascenderam a 651 trabalhadores, respeitante a Pessoal Docente e Pessoal Não Docente, do IPV e SAS, distribuídos pelas seguintes categorias:

- 422 docentes a que correspondem 349 docentes ETI's (equivalentes a tempo inteiro)
- 218 pessoal não docente
- 11 dirigentes, dos quais 4 a desempenhar funções em órgãos de gestão no Instituto, concretamente: Presidente (1) e Vice-Presidentes(3).

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

4 - Casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

A aplicação das normas de consolidação permitem sem restrições, apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

5 - Qualquer afastamento da aplicação das normas de consolidação feito para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados.

Não houve necessidade de adotar ou aplicar qualquer afastamento à aplicação das normas de consolidação.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

6 - Métodos de consolidação adotados

O método de consolidação utilizado foi o da simples agregação que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público e eliminação dos saldos, das transações, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades.

As anulações realizadas no exercício compreenderam apenas as transferências internas no montante de **95.287,24€**, sendo que não existiam a 31 de dezembro de 2017 quaisquer saldos entre as entidades.

9 - Acontecimentos importantes ocorridos após a data das demonstrações financeiras individuais

Não se verificaram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de qualquer uma das entidades incluídas na consolidação entre a data do balanço destas entidades e a data do balanço consolidado.

V- Informação relativas a políticas contabilísticas

18 - Princípios, normas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados

Os princípios e normas contabilísticas adotados foram os constantes no POC-Educação, por forma a dar uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados desta Instituição de Ensino Superior, tendo sido consistentes e homogéneos relativamente a todas as entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

O **imobilizado corpóreo**, está valorizado ao custo de aquisição, que inclui investimentos adicionais ou complementares, deduzido das amortizações calculadas às taxas do CIBE, sempre que aplicável.

Os livros e revistas, constantes do inventário da Instituição, não estão sujeitos a amortização.

Para os ativos cedidos/transferidos por terceiros, genericamente, foram os mesmos mensurados pelo valor constante dos registos contabilísticos da entidade de origem.

Nos termos da Lei 62/2007 de 10 de setembro, (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior) constituem património das IES o conjunto de bens e direitos que tenham sido transmitidos pelo Estado ou por outras entidades, públicas ou privadas, para a realização dos seus fins, bem como os adquiridos pela própria instituição. O referido diploma, define ainda que o património de cada instituição é integrado, designadamente, pelos imóveis adquiridos ou construídos, mesmo que em terrenos pertencentes ao Estado, bem como pelos imóveis do domínio privado do Estado que, nos termos legais, tenham sido transmitidos para o seu património. Neste entendimento é de salientar o seguinte:

- O edifício dos Serviços Centrais bem como todos os restantes edifícios implantados nos terrenos do designado Campus Politécnico, não se encontram ainda registados na Conservatória do Registo Predial devido a condicionalismos com algumas parcelas de terreno cuja regularização se espera resolvida brevemente;
- A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e a Escola Superior de Educação, que passaram a integrar o património do IPV pelo despacho nº 9719/2015 de 12 de agosto, encontram-se valorizadas considerando apenas os gastos incorridos com obras de ampliação e grandes reparações efetuadas;
- Quanto à Escola de Saúde cujo despacho anteriormente mencionado permitiu a regularização do registo, encontra-se escriturada pelo valor constante da matriz predial aquando do inventário realizado em 2002, acrescida das obras de ampliação e remodelação ocorridas no edifício.

- Os edifícios e benfeitorias adstritas à Escola Superior Agrária encontram-se implantados em propriedade alheia, cujo valor ascende a cerca de 730 mil euros.

De referir finalmente que nos termos da mencionada lei, quando os imóveis deixem de ser necessários ou adequados ao desempenho das atribuições e competências do IPV, serão os mesmos incorporados no património do Estado, mediante despacho dos ministros responsáveis pela área das finanças e da tutela, depois e ouvida a Instituição.

As **disponibilidades** em Instituições Financeiras estão expressas pelos montantes dos saldos das contas de depósitos e meios de pagamento. Não existem disponibilidades em moeda estrangeira.

As **existências** são valorizadas pelo custo de aquisição.

Relativamente a **acréscimos e diferimentos**, todas as entidades incluídas na consolidação procederam em obediência ao princípio da especialização dos exercícios. Destaca-se a política definida no reconhecimento dos encargos com as taxas de acreditação de cursos, que consiste em registar no momento inicial (normalmente o pagamento) as respetivas taxas na rubrica de acréscimos e diferimentos - custos diferidos, diferindo o custo quando conhecida a decisão da A3ES, pelo período de duração da acreditação, ou reconhecendo-o (custo) nos resultados do exercício, quando a decisão for desfavorável.

As **dívidas de e a terceiros** são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

A constituição de **provisões** refere-se às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, seguem os critérios definidos no § 2.7 do POC- Educação, sendo que relativamente às provisões para créditos de cobrança duvidosa, consideram-se aqueles em que o risco de incobrabilidade se considere devidamente justificado, nomeadamente quando:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa ou processo de execução, falência ou insolvência;
- Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;

- Créditos que estejam em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e existam diligências para o seu recebimento.

Salienta-se também que relativamente a propinas, se reconhecem os proveitos de modo a balancear com os custos inerentes, tendo em conta o ano letivo a que respeitam.

VI- Informações relativas a determinadas rubricas:

22 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos nas principais rubricas do ativo imobilizado e amortizações respetivas encontram-se descritos nos quadros seguintes:

Imobilizado corpóreo

euros-

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Abates	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	833.240,35			833.240,35
Edifícios e outras construções	34.653.284,41			34.653.284,41
Equipamento básico	12.123.550,18	254.475,74	36.485,17	12.341.540,75
Equipamento de transporte	681.542,84			681.542,84
Ferramentas e utensílios	327.998,23	3.691,76	1.392,49	330.297,50
Equipamento administrativo	5.699.011,41	92.060,26	38.197,56	5.752.874,11
Taras e vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	636.654,21	15.291,81		651.946,02
Imobilizações em curso de imobilizações corpó	87.196,74	131.895,47		219.092,21
Total	55.042.478,37	497.415,04	76.075,22	55.463.818,19

Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....				
Edifícios e outras construções.....	9.538.635,27	608.415,95		10.147.051,22
Equipamento e material básico.....	10.696.314,36	432.287,73	36.458,97	11.092.143,12
Equipamento de transporte.....	630.023,22	24.729,36		654.752,58
Ferramentas e utensílios.....	316.786,18	3.391,45	19,08	320.158,55
Equipamento administrativo.....	5.492.136,76	75.095,68	39.460,01	5.527.772,43
Taras e vasilhame.....				
Outras imobilizações corpóreas.....	338.267,42	9.387,41		347.654,83
	27.012.163,21	1.153.307,58	75.938,06	28.089.532,73

Imobilizado em curso

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regularizações		Saldo final
			Abates	regular	
De imobilizações corpóreas:					
Imobilizado em curso	87.196,74	131.895,47			219.092,21

O imobilizado em curso, a 31 de dezembro de 2017, ascendia a 219.092,21€, composto maioritariamente pelo investimento realizado à data nomeadamente com:

- a empreitada para construção de duas áreas exteriores da ESSV no montante de 160.454,46€.
- elaboração do projeto para a criação mais valência no edifício da ESSV no montante de 18.766,73 €.
- empreitada para recuperação de paredes e tetos da ESEV no montante de 33.241,04 €.

31 - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços por categorias de atividades e geográficas:

Conta/ Atividade	Mercado interno			Mercado externo			Total		
	Ensino	Ação Social	Total	Ensino	Ação Social	Total	Ensino	Ação Social	Total
Vendas	19.700,20	276.205,90	295.906,10				19.700,20	276.205,90	295.906,10
Prestação de serviço	127.605,34	236.090,69	363.696,03				127.605,34	236.090,69	363.696,03
Impostos e taxas	4.787.483,55		4.787.483,55				4.787.483,55		4.787.483,55

34 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

IPV	190.562,88
SAS	81.197,37
	271.760,25

39 - Demonstração dos resultados financeiros:

Código de conta	Custos e perdas	Exercício		Código de conta	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros obtidos		503,22	781	Juros obtidos		
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades ou subentidades		
683	Amortizações de investim., em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	29.863,39	27.026,59	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados financeiros	-29.863,39	-27.529,81	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		0,00	0,00			0,00	0,00

40 - Demonstração dos Resultados Extraordinários:

Código de conta	Custos e perdas	Exercício		Código de conta	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferência de capital concedidas			791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			7892	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	137,16	2.862,37	794	Ganhos em imobilizações		4.500,00
695	Multas e penalidades	2.292,76	2.865,01	795	Benefícios de penalizações contratuais		
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	176.384,11	234.969,12
697	Correções relativas a exercícios anteriores	4.685,72	93.878,18	797	Correções relativas a exercícios anteriores	15.533,94	71.632,20
698	Outros custos e perdas extraordinárias	240,00		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	351.185,86	355.409,82
	Resultados extraordinários	535.747,87	560.905,58				
		543.103,51	666.511,14			543.103,51	666.511,14

41 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas	489.661,70	8.037,34		497.699,04
Provisões p/ alunos	472.344,81	8.037,34		480.382,15
Provisões p/ clientes	17.316,89			17.316,89
Provisões para riscos e encargos	19.935,02			19.935,02
Provisões para depreciação de existências				
Provisões para investimentos financeiros				

45 - Outras informações consideradas relevantes param melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Encontram-se em curso um conjunto de ações judiciais movidos contra o IPV, ou em que o IPV é parte, maioritariamente administrativas, com processos de 2009 em diante, cujo valor das ações em tribunal totalizam cerca de 278.140,69€. Consideramos remota a probabilidade do Instituto vir a ser responsabilizado, considerando a matéria de facto e atendendo inclusivamente, ao histórico dos processos entretanto resolvidos.

Os Serviços de Ação Social do IPV são réu num processo em contencioso (Proc. N.º 425/15 BEVIS) onde é peticionado o pagamento de um montante de 82.627,75€ (dívida de 78.000,00€, acrescida de juros de mora e taxas de justiça), por alegado cumprimento defeituoso de contrato, no âmbito de “contrato de concessão do serviço de exploração das unidades alimentares/snack bar”. Entendemos que esta ação carece de sentido e fundamento, pelo que a nossa previsão em termos de desfecho deste processo passa pela absolvição dos Serviços de Ação Social.

Apenas foram mencionadas as notas ao balanço e demonstração de resultados por natureza aplicáveis à Instituição.

Viseu, 20 de Abril de 2018.

António Concha de Campo



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU** (adiante designado por "IPV" ou "Grupo") que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 35.479.637 euros e um total de fundos próprios de 22.172.980 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.495.743 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do IPV, em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação ("POC-E").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com POC-E;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que

seja suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam adequados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e adequada relativa à informação das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 20 de abril de 2018

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, SROC, Lda

Representada por



João Paulo Ferreira (ROC)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Introdução

Em cumprimento do disposto na lei e nos Estatutos e no âmbito do mandato que nos foi confiado, vimos apresentar o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora exercida no **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU** ("IPV") e dar Parecer sobre as contas consolidadas as quais compreendem o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e o respetivo anexo e o mapa de fluxos de caixa consolidado, referentes ao exercício de 2017, que nos foram apresentadas.

2. Relatório

- 2.1 Acompanhámos as atividades do IPV e do SAS, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizámos também testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária.
- 2.2 O Conselho de Gestão e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos e informações solicitados.
- 2.3 Analisámos o relatório de gestão consolidado, que refere os principais factos ocorridos no exercício, bem como o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e o respetivo anexo e o mapa de fluxos de caixa consolidado, tendo verificado que foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação e obedecem aos preceitos legais e estatutários.
- 2.4 A nossa Certificação Legal das Contas Consolidadas, emitida sem reservas nem ênfases, exprime a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras mencionadas, pelo que deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.
- 2.5 Em face do que antecede emitimos o seguinte:

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira

3. Parecer

Somos de parecer que o Conselho Geral do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU**, tendo em conta o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas, aprove o relatório de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2017.

Coimbra, 20 de abril de 2018

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, SROC, Lda

Representada por



João Paulo Ferreira (ROC)

BALANÇO CONSOLIDADO

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

Data de reporte :31/12/2017

Unidade monetária: EURO

Código das contas POC - Educação	ACTIVO	Exercícios			
		2017		2016	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
451	Bens de domínio público:				
452	Terrenos e recursos naturais				
453	Edifícios				
454	Outras construções e infra-estruturas				
455	Infra-estruturas e equipamento de natureza militar				
459	Bens do património histórico, artístico e cultural				
445	Outros bens de domínio público				
446	Imobilizações em curso				
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	833.240,35		833.240,35	
422	Edifícios e outras construções	34.653.284,41	10.147.051,22	24.506.233,19	25.114.649,14
423	Equipamento e material básico	12.341.540,75	11.092.143,12	1.249.397,63	1.427.235,82
424	Equipamento de transporte	681.542,84	654.752,58	26.790,26	51.519,62
425	Ferramentas e utensílios	330.297,50	320.158,55	10.138,95	11.212,05
426	Equipamento administrativo	5.752.874,11	5.527.772,43	225.101,68	206.874,65
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	651.946,02	347.654,83	304.291,19	298.386,79
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	87.196,74
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	219.092,21	0,00	219.092,21	0,00
		55.463.818,19	28.089.532,73	27.374.285,46	28.030.315,16
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	Circulante				
	Existências:				
36	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	13.218,96		13.218,96	
35	Produtos e trabalho em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios	14.768,04	0,00	14.768,04	21.406,99
32	Mercadorias	14.959,55		14.959,55	7.562,64
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Empréstimos concedidos				
212	Clientes c/c	61.403,44		61.403,44	
213	Alunos c/c	50.496,48		50.496,48	
214	Utentes c/c	0,00		0,00	
218	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber	0,00		0,00	
251	Devedores pela execução do orçamento	497.699,03	497.699,03	0,00	
221	Fornecedores c/c	0,00		0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	
26	Outros devedores e credores	270,00		270,00	500,00
		609.868,95	497.699,03	112.169,92	114.910,97
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública	0,00		0,00	
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta do tesouro	6.989.597,60		6.989.597,60	
12	Depósitos em instituições financeiras	72.766,09		72.766,09	
11	Caixa	486,50		486,50	289,00
		7.062.850,19	7.062.850,19		8.089.473,88
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	811.591,17		811.591,17	
272	Custos diferidos	75.793,99		75.793,99	
		887.385,16	887.385,16		896.245,22
	Total de amortizações		28.089.532,73		27.012.163,21
	Total de provisões		497.699,03		489.661,70
	Total do activo	64.066.869,04	28.587.231,76	35.479.637,28	37.173.422,13

a) A desenvolver, segundo as rubricas existentes no "curto prazo", atendendo à exigibilidade da dívida ou de parte dela, a mais de um ano

AB = activo bruto

AP = amortizações e provisões acumuladas

AL = activo líquido

Viseu, em 20 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho Geral

António Conselve de Lacerda

BALANÇO CONSOLIDADO

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

ANO: 2017

Unidade monetária: EURO

Código das Contas POC-Educação	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		Total 2017	Total 2016
	Fundos próprios:		
51	Património	38.819.902,12	38.819.902,12
55	Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas	38.819.902,12	38.819.902,12
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	207.276,80	207.276,80
576	Doações	0,00	0,00
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	207.276,80	207.276,80
59	Resultados transitados	-15.358.455,76	-13.773.743,97
88	Resultado líquido do exercício	-1.495.743,22	-1.584.711,79
		22.172.979,94	23.668.723,16
	Passivo:		
29	Provisões	19.935,02	19.935,02
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	19.935,02	19.935,02
		0,00	0,00
23111+23211	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23112+23212+12	Empréstimos por dívida titulada		
269	Empréstimos por dívida não titulada		
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c		0,00
222	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2612	Fornecedores- Títulos a pagar		
252	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		
219	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
2611	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
24	Fornecedores de Imobilizado c/c		
26	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
	Outros devedores e credores	56.334,75	53.427,22
		56.334,75	53.427,22
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3.116.232,69	3.090.652,46
274	Proveitos diferidos	10.114.154,88	10.340.684,27
		13.230.387,57	13.431.336,73
	TOTAL DO PASSIVO	13.306.657,34	13.504.698,97
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	35.479.637,28	37.173.422,13

Viseu, 20 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho Geral

António Lourenço de Lameira

Demonstração de Resultados Consolidada

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

ANO: 2017

Unidade monetária: Euros

	Custos e Perdas	Exercício			
		2017		2016	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	114.049,11	0,00	116.408,24	
	Matérias	3.629,26	117.678,37	5.818,17	122.226,41
62	Fornecimentos e serviços externos	2.758.766,67	2.758.766,67	2.637.566,06	
641+642	Custos com pessoal:				
	Remunerações	17.655.053,32		17.097.331,48	
643 a 648	Encargos sociais	4.014.110,82		3.864.090,36	
649	Colaboração técnica especializada	61.660,90 0,00	21.730.825,04	98.966,33 0,00	19.833.863,87
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	410.329,58	24.899.921,29	246.062,81	23.944.017,04
66	Amortizações do exercício	1.153.307,58	25.017.599,66		24.066.243,45
67	Provisões do exercício para cobranças duvidosas	184.421,44	1.337.729,02	173.009,25	1.318.323,29
65	Outros custos e perdas operacionais	146.052,51	146.052,51	84.906,45	84.906,45
	(A)		26.501.381,19		25.469.473,19
68	Custos e perdas financeiros		29.863,39	27.529,81	
	(C)		26.531.244,58		25.497.003,00
69	Custos e perdas extraordinários	7.355,64	7.355,64	99.605,56	99.605,56
	(E)		26.538.600,22		25.596.608,56
88	Resultado líquido do exercício	-1.495.743,22	-1.495.743,22	-1.584.711,79	-1.584.711,79
		25.042.857,00			24.011.896,77

Viseu, 20 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho Geral

António Lameira de Carvalho

Demonstração de Resultados Consolidada

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

Ano: 2017

Unidade monetária: Euros

	Proveitos e ganhos	Exercício			
		Total 2017		Total 2016	
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas	295.906,10		288.271,69	
	Vendas de produtos				
712, 713,...	Prestações de serviços	363.696,03	659.602,13	375.097,18	663.368,87
72	Impostos e taxas	4.787.483,55	4.787.483,55	4.724.133,33	4.724.133,33
	Variação da produção	-6.638,95	-6.638,95	6.711,80	6.711,80
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	174.675,09	174.675,09	235.095,38	235.095,38
74	Transferência e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742, 743,	Outras	18.884.631,67	18.884.631,67	17.716.076,25	17.716.076,25
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		24.499.753,49		23.345.385,63
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	(D)		24.499.753,49		23.345.385,63
79	Proveitos e ganhos extraordinários	543.103,51	543.103,51	666.511,14	666.511,14
	(F)		25.042.857,00		24.011.896,77

Resumo

Resultados operacionais: (B) - (A) =	-2.001.627,70
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	-29.863,39
Resultados correntes: (D) - (C) =	-2.031.491,09
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)=	-1.495.743,22

Viseu, 20 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho Geral

Patrícia Lameira de Carvalho

7.3-Fluxos de Caixa Consolidado

Class. Económica	RECEBIMENTOS	IPV	SAS	Total 2017	Total 2016
	Saldo de Gerência anterior				
	Execução orçamental - Fundos próprios				
	FF313 Saldos de RG não afectos a projetos cofinanciados	206.243,04	25.111,15	231.354,19	275.484,37
	FF358 Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados	114.644,04		114.644,04	97.810,33
	FF411 Feder-QCA III			0,00	0,00
	FF412 Feder-PO Factores de Competitividade			0,00	0,00
	FF415 Feder-PO Regional do Centro			0,00	0,00
	FF441 Fundo Social Europeu- QCA III			0,00	0,00
	FF442 Fundo Social Europeu-PO Potencial Humano			0,00	0,00
	FF451 Feoga Orientação			0,00	0,00
	FF452 FEADER			0,00	0,00
	FF461 Feoga Orientação			0,00	0,00
	FF462 FEAGA			0,00	0,00
	FF480 UE-Outros			0,00	0,00
	FF488 Saldos de Fundos Europeus	1.882.210,12		1.882.210,12	1.681.207,95
	FF520 Saldos RP transitados	5.655.952,96	151.885,35	5.807.838,31	7.166.318,70
	FF910 Saldos de Fundos Europeus			0,00	0,00
	De dotações orçamentais (OE)			0,00	0,00
	De receitas próprias			0,00	0,00
	Na posse do serviço			0,00	0,00
	De receitas do Estado-Fundos Alheios			0,00	0,00
	Oe operações de tesouraria- Fundos Alheios	30.634,17	22.793,05	53.427,22	90.222,31
	Descontos em vencimentos e salários			0,00	0,00
	recepita do estado			0,00	0,00
	Total saldo de gerência na posse do serviço	7.689.169,33	199.789,55	8.089.158,88	9.110.316,66
	Receitas de fundos próprios				
	De dotações orçamentais (OE)				
	FF311				
	Correntes				
	Funcionamento				
06.03.01	Ministério da Educação e Ciência				
06.03.07	Serviços e fundos autónomos	16.861.074,00	530.000,00	17.391.074,00	17.043.398,00
06.03.10	Serviços e fundos autónomos- Participação portuguesa em projetos co-financiados				
06.03.13	Ministério da Educação e Ciência				
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos				
	Capital				
10.03.01	Estado				
10.03.08	Serviços e Fundos Autónomos				
10.03.09	Serviços e fundos autónomos- Participação portuguesa em projetos co-financiados				
15.01.01	Reposiçãos não abatidas em pagamento				
		16.861.074,00	530.000,00	17.391.074,00	17.043.398,00
	FF319				
	Correntes				
06.03.07	SAS				
06.03.07	FCT				
06.03.07	IEUI/UL	19.524,48		19.524,48	
06.03.07	UP-FP				442,86
	Capital				
10.03.01	Estado				
10.03.08	FCT				
10.03.08	UTL-Instituto Superior de Agronomia				36.186,21
10.03.09	Serviços e fundos autónomos- Participação portuguesa em projetos co-financiados				
15.01.01	Reposição não abatida em pagamento	80,00		80,00	
		19.604,48	0,00	19.604,48	36.186,21
	FF359				
	Correntes				
06.03.11	Universidade de Trás os Montes e Alto Douro				17.241,20
	Capital				
10.03.09	UC				
					32.724,17
	FF510				
	De receitas próprias				
	Correntes				
04.01.22	Propinas	4.692.141,06		4.692.141,06	4.271.251,36
04.01.99	Taxas diversas	456.471,63		456.471,63	433.364,66
04.02.01	Juros de mora	25.154,99		25.154,99	35.716,73
04.02.99	Multas e penalidades diversas	20.206,30		20.206,30	18.024,92
05.03.01	Encargos da dívida			0,00	0,00
05.03.02	Administração Central Serviços e Fundos Autónomos-IGCP			0,00	0,00
06.01.01	Públicas			0,00	0,00
06.01.02	Privadas	1.320,00		1.320,00	450,00
06.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	140.400,00		140.400,00	57.046,00
06.03.07	Serviços e fundos autónomos			0,00	0,00
06.03.07	Autarquias			0,00	0,00

06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	11.227,00	11.227,00	378,20
07.01.03	Publicações e impressos	12.688,13	12.688,13	10.636,77
07.01.05	Bens inutilizados	0,00	0,00	0,00
07.01.06	Produtos agrícolas e pecuários	19.632,84	19.632,84	12.250,53
07.01.07	Produtos alimentares e bebidas	276.205,90	276.205,90	278.633,90
07.01.99	Outros	0,00	0,00	0,00
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	55.068,59	22.759,65	75.282,95
07.02.07	Alimentação e alojamento	213.808,84	213.808,84	192.852,48
07.02.22	Estudos pareceres projetos e consultadoria	115.181,69	115.181,69	176.068,73
07.02.04	Serviços de laboratório	12.208,43	12.208,43	12.762,25
07.02.99	Outros	87.282,28	32.114,74	186.598,46
08.01.99	Outras			
	Capital			
09.04.04	Administração Pública- Administração central- Serviços e Fundos Autónomos			
15.01.01	Reposições não abatidas em pagamentos	6.506,92	6.506,92	25.836,98
		5.635.913,86	54.889,13	179.155,97
	Fundos comunitários			
	Correntes			
06.06.03	Financiamento comunitário em projetos cofinanciados	617.636,59	617.636,59	63.890,13
06.09.01	União Europeia -Instituições		0,00	4.680,39
06.03.06	Alto Comissário para a imigração		0,00	
06.03.11	Serviços e fundos autónomos- Participação comunitária em projetos co-financiados		0,00	3.829,99
06.03.15	Universidade de Trás os Montes e Alto Douro		0,00	
06.06.03	Financiamento comunitário em projetos co-financiados		0,00	
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos		0,00	
06.09.01	União Europeia -Instituições	376.863,66	376.863,66	355.654,29
08.02.09	Segurança Social		0,00	
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	8.947,02	8.947,02	3.779,15
	Capital			
10.03.10	Serviços e fundos comunitários- Participação comunitária em projetos co-financiados			
10.09.01	União Europeia-Instituições	26.551,26	26.551,26	79.655,03
		1.029.938,53	0,00	1.079.998,53
	FF540- Financiamento no subsetor (outros organismos autónomos)			
	Correntes			
06.03.07	SAS	0,00	0,00	
06.03.07	SAS			
06.05.01	Municípios	760,00	760,00	15.800,00
		760,00	0,00	760,00
	Total das receitas de fundos Próprios	24.456.711,87	1.274.678,68	24.731.390,00
				1.116.924,67
	Total das receitas do exercício (I+II)			32.727.255,83
	III- Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias	31.456.936,20	1.274.678,68	32.731.614,88
	IV- Total de recebimentos (I+II+III)	31.456.936,20	1.274.678,68	32.731.614,88
	Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades-Fundos Alheios			32.727.255,83
	Receitas do estado	4.642.778,76	3.556,00	4.646.334,76
	Operações de tesouraria	1.849.843,38	28.034,27	1.877.877,65
		6.492.622,14	31.590,27	6.524.212,41
	V-Total das retenções de fundos alheios			6.308.085,46
	Descontos em vencimentos e salários			
	Receitas do Estado	4.642.778,76	42.026,50	4.684.805,26
	Operações de tesouraria	1.841.000,06	43.382,23	1.884.382,29
			0,00	41.727,63
	Total Geral do Mapa de Fluxos de caixa (V+VI)	17.940.553,34	1.306.968,95	19.255.822,29
				39.035.321,20
			95.227,12	
			0,00	

Viseu, em 20 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho Geral

*António Lopes de Carvalho
Presidente da Junta*

O Secretário do Conselho Geral

7.3-Fluxos de Caixa Consolidado

Nota explicativa	Class. Económica	PAGAMENTOS	Total 2017	Total 2016
		<i>Despesas de fundos próprios</i>		
		Despesas orçamentais (OE)		
		Correntes		
	01.01.02	Órgãos sociais	809.208,67	731.075,16
	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime da função pública	9.583.188,82	8.471.098,61
	01.01.06	Pessoal contratatado a termo	1.417.612,65	2.184.326,90
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.875,06	625,02
	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	2.633,49	2.402,43
	01.01.11	Representação	31.439,52	30.787,60
	01.01.13	Subsídio de refelção	437.597,95	411.277,86
	01.01.14	Subsídio de férias e de natal	1.623.344,52	1.774.680,08
	C1.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	0,00
	01.02.02	Horas extraordinárias	16.598,70	15.753,94
	01.02.04	Ajudas de custo	27.911,59	28.603,89
	01.02.05	Abono para falhas	3.988,57	3.886,61
	01.02.07	Colaboração técnica especializada	67.238,04	19.111,03
	C1.02.10	Subsídio de trabalho nocturno	367,60	209,40
	01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	45.993,29	60.241,65
	O1.02.12A	Abonos devidos pela cessação de relação jurídica	0,00	0,00
	O1.02.12B	Programa de rescisões por mútuo acordo	0,00	0,00
	C1.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	3.283,96	4.052,57
	O1.03.01	Encargos com a saúde-contribuições da entidade para a ADSE	0,00	0,00
	O1.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	0,00
	O1.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	9.066,62	9.222,85
	O1.03.04	Outras prestações familiares	2.368,79	2.956,19
	O1.03.05A0B0	Contribuições para a Segurança Social	734.573,15	640.031,81
	O1.03.05 A0A0	Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	2.477.160,28	2.514.982,34
	01.03.08	Outras pensões	0,00	818,97
	01.03.10D0	Doença	40.202,08	58.130,27
	O1.03.10	Outras despesas	0,00	7.084,80
	O1.03.10 P	Parentalidade	12.529,28	13.131,06
	O2.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	0,00	0,00
	O2.01.02	Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00
	O2.01.04	Limpeza e higiene	0,00	0,00
	O2.01.06	Alimentação- gêneros para confeccionar	0,00	0,00
	O2.01.07	Vestuário e artigos pessoais	0,00	0,00
	O2.01.08	Material de escritório	0,00	0,00
	O2.01.09	Produtos químicos e farmaceuticos	0,00	0,00
	O2.01.11	Material de consumo clínico	0,00	0,00
	O2.01.12	Material de transporte-peças	0,00	0,00
	O2.01.14	Outro material- peças	0,00	0,00
	O2.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	0,00
	O2.01.17	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
	O2.01.18	Livros e documentação técnica	0,00	0,00
	O2.01.19	Artigos honoríficos e decoração	0,00	0,00
	O2.01.20	Material de educação, cultura e recreio	0,00	0,00
	O2.01.21	Outros bens	0,00	0,00
	O2.02.01	Encargos das instalações	3.617,20	5.622,62
	O2.02.02	Limpeza e higiene	0,00	0,00
	O2.02.03	Conservação de bens	0,00	0,00
	O2.02.04	Locação de edifícios	0,00	0,00
	O2.02.08	Locação de outros bens	0,00	0,00
	O2.02.09	Comunicações	0,00	0,00
	C2.02.10	Transportes	0,00	0,00
	C2.02.11	Representação de serviços	0,00	0,00
	O2.02.12	Seguros	0,00	0,00
	O2.02.13	Deslocações e estadas	9.075,34	6.781,67
	O2.02.14	Estudos pareceres projetos e consultadoria	0,00	0,00
	O2.02.15	Formação	0,00	0,00
	O2.02.16	Seminários, exposições e similares	0,00	0,00
	O2.02.17	Publicidade	0,00	0,00
	O2.02.18	Vigilância e segurança	0,00	0,00
	O2.02.19	Assistência técnica	0,00	0,00
	O2.02.20	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00
	O2.02.22	Serviços de saúde	0,00	0,00
	O2.02.25	Outros serviços	18.000,00	0,00
	O3.06.01	Outros encargos financeiros	0,00	0,00
	O4.03.05	Serviços e fundos autónomos-IPV	0,00	0,00
	O4.07.01	Instituições sem fins lucrativos	4.200,00	13.200,00
	O4.08.02	Outras	0,00	0,00
	O6.02.03	Outras	0,00	0,00
	PIIDAC		0,00	
	O2.02.14	Estudos pareceres projetos e consultadoria	0,00	
	Capital		0,00	

07.01.08	Software de informática	0,00
07.01.09	Equipamento administrativo	0,00
07.01.10	Equipamento básico	0,00
07.01.11	Ferramentas e utensílios	0,00
07.01.12	Artigos e objetos de valor	0,00
PIIDAC		0,00
07.01.03	Construção de Edifícios	0,00
		0,00

Total despesa por e/ Of 17.383.075,17 17.010.095,33

Estudos pareceres projetos e consultadoria-Serviços de natureza informática (RP) com compensação em receita própria (RP) com ou sem transição de saldos

01.01.01	Órgãos sociais	111.636,92	101.123,33
01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	1.453.000,72	961.670,81
01.01.06	Pessoal contratado a termo	659.372,72	587.223,98
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	2.109,94	17.777,88
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	544,09	0,00
01.01.11	Representação	1.244,88	0,00
01.01.13	Subsídio de refeição	75.636,57	50.319,71
01.01.14	Subsídio de férias e de natal	774.535,41	482.576,35
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	0,00
01.02.02	Horas extraordinárias	548,90	10.066,94
01.02.04	Ajudas de custo	2.558,19	5.565,89
01.02.05	Abono para faltas	398,00	0,00
01.02.07	Colaboração técnica especializada	37.103,47	17.298,75
01.02.10	Subsídio de trabalho noturno	31,06	0,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	1.251,63	43.526,77
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	345,68	86,42
01.03.01	Contribuições da entidade patronal para a ADSE	0,00	0,00
01.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	0,00
01.03.03	Subsídio familiarizar a crianças e jovens	1.041,32	136,05
01.03.04	Outras prestações familiares	366,32	178,44
01.03.05 A0B0	Contribuições para a segurança social	518.521,21	190.773,49
01.03.05A0AO	Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	197.551,76	316.852,40
01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1.808,80	436,17
01.03.08	Outras pensões	1.169,01	0,00
01.03.09	Seguros	0,00	0,00
01.03.10D	Outras despesas de segurança social-Doença	9.734,86	1.251,90
01.03.10 P	Parentalidade	9.023,23	1.424,18
01.03.10SS	Outras despesas Seg Social- Serviços da Adm. Pública	7.399,68	
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	0,00	5.119,07
01.02.02	Combustíveis e lubrificantes	38.708,34	35.205,13
02.01.04	L limpeza e higiene	7.770,35	16.700,31
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	120.762,66	125.178,91
02.01.06	Alimentação- Gêneros para confeccionar	54.494,21	50.212,45
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	49,50	3.218,30
02.01.08	Material de escritório	9.697,45	24.900,62
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	12.688,01	12.367,02
02.01.11	Material de consumo clínico	1.719,93	1.143,76
02.01.12	Material de transporte-peças	1.745,63	2.316,38
02.01.14	Outro material- peças	11.481,22	13.407,74
02.01.13	Material de consumo hoteleiro	158,76	189,65
02.01.15	Prémios condecorações e ofertas	3.977,19	8.666,09
02.01.16	Mercadorias para venda	30.912,59	25.148,72
02.01.17	Ferramentas e utensílios	2.548,64	4.191,55
02.01.18	Livros e documentação técnica	216,80	545,68
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	913,28	0,00
02.01.20	Material de educação cultura e recreio	6.942,87	15.353,76
02.01.21	Outros bens	22.000,75	78.330,46
02.02.01	Encargos das instalações	197.117,11	457.311,14
02.02.02	L limpeza e higiene	0,00	346.190,28
02.02.03	Conservação de bens	50.654,10	94.307,84
02.02.04	Locação de edifícios	0,00	7.500,00
02.02.05	Locação de software informático	32.988,30	15.980,33
02.02.06	Locação de material de transporte	10.973,40	10.973,40
02.02.08	Locação de outros bens	6.404,57	85.200,00
02.02.09	Comunicações	21.007,02	34.250,93
02.02.10	Transportes	8.255,00	6.864,64
02.02.11	Representação de serviços	4.845,85	6.577,31
02.02.12	Seguros	10.501,52	27.660,65
02.02.13	Deslocação e estadas	37.377,20	48.615,18
02.02.14	Estudos pareceres projetos e consultadoria-Serviços de natureza informática	1.138,98	1.138,98
02.02.14	Estudos pareceres projetos e consultadoria	18.766,73	
02.02.15	Formação	4.301,30	8.308,04
02.02.16	Seminários exposições e similares	836,55	19.973,29
02.02.17	Publicidade	47.773,30	46.815,27
02.02.18	Vigilância e segurança	349.183,39	151.746,18
02.02.19	Assistência técnica	115.372,77	230.427,76

02.02.25	Outros serviços	158.330,33	236.605,17
03.06.01	Outros encargos financeiros	12.464,54	27.694,49
04.03.05	Serviços e fundos autónomos-IPV	0,00	0,00
04.03.05	Universidade de Aveiro	0,00	0,00
04.03.05	Universidade de Évora	0,00	432,40
04.03.05	Universidade de Trás-os -Montes e Alto Douro	0,00	311,04
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	29.400,00	39.053,00
04.08.02	Outras	34.325,60	34.184,54
06.02.01	Impostos e taxas	0,00	13.024,55
06.02.03	Outras	35.078,59	145.783,00
		0,00	0,00
	Capital		
07.01.03	Conservação e reparação	10.275,48	4.224,58
07.01.04	Construções diversas	102.853,26	18.680,01
07.01.06	Equipamento de transporte	0,00	0,00
07.01.07	Equipamento de informática	47.395,66	150.574,18
07.01.08	Software informático	0,00	0,00
07.01.09	Equipamento administrativo	42.316,37	4.411,10
07.01.10	Equipamento básico	73.206,30	72.240,73
07.01.11	Ferramentas e utensílios	0,00	2.677,57
07.01.12	Artigos e objetos de valor	0,00	0,00
07.01.15	Outros investimentos	0,00	0,00

Total da despesa em/c/receita própria 57.195.691,80 **Total** 57.195.691,80

Fundos comunitários/ Financiamento da U.E

	Correntes		
01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime da função pública	46.131,87	
01.01.06	Pessoal contratado a termo	77.743,97	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	0,00
01.01.13	Subsídio de refeição	7.211,25	0,00
01.01.14	Subsídios de férias e de natal	5.180,90	0,00
01.02.04	Ajudas de custo	3.389,75	949,56
01.02.05	Abono para falhas	43,78	
01.02.07	Colaboração técnica especializada	0,00	0,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00
01.03.01	Encargos com a saúde	0,00	0,00
01.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	0,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	214,92	0,00
01.03.05	Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	23.855,67	0,00
01.03.05	Contribuições para a Segurança Social	6.970,59	
01.03.10	Outras despesas Segurança Social	378,72	0,00
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	0,00	1.048,19
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	0,00	29,72
02.01.04	Limpeza e higiene	0,00	0,00
02.01.08	Material de escritório	35,42	0,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	9.487,72	0,00
02.01.12	Material de transporte-peças	0,00	0,00
02.01.14	Outro material-peças	12.884,77	0,00
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	
02.01.17	Ferramentas e utensílios	386,50	0,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	0,00	0,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	0,00	0,00
02.01.21	Outros bens	28.598,80	15.264,53
02.02.01	Encargos das instalações	0,00	0,00
02.02.02	Limpeza e higiene	0,00	0,00
02.02.03	Conservação de bens	25.198,00	0,00
02.02.08	Locação de outros bens	5.785,00	
02.02.09	Comunicações	0,00	0,00
02.02.10	Transportes	0,00	100,00
02.02.11	Representação de serviços	0,00	320,75
02.02.12	Seguros	1.389,91	0,00
02.02.13	Deslocações e estadas	9.071,11	3.721,85
02.02.14	Estudos pareceres projetos e consultoria	0,00	0,00
02.02.15	Formação	0,00	0,00
02.02.16	Seminários, exposições e similares	0,00	0,00
02.02.17	Publicidade	1.717,08	4.737,93
02.02.18	Vigilância e segurança	0,00	0,00
02.02.19	Assistência técnica	1.101,47	0,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	19.022,37	6.963,92
02.02.22	Serviços de saúde		0,00
02.02.25	Outros serviços	7.937,63	9.959,14
03.06.01	Outros encargos financeiros	66,00	
04.03.05	Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00
04.03.05	Instituto Politécnico de Castelo Branco	26.356,51	11.001,34
04.03.05	Instituto Politécnico de Coimbra	17.796,76	4.593,34
04.03.05	Instituto Politécnico da Guarda	0,00	0,00

11.000,00 0,00

04.03.05	Instituto Politécnico de Santarém	6.804,11	3.888,00
04.03.05	Instituto Politécnico de Tomar	0,00	0,00
04.03.09	Instituto Politécnico de Castelo Branco	0,00	0,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
04.08.02	Outras	139.171,19	119.707,44
04.09.01	Resto do mundo- União Europeia-Instituições	49.221,75	3.403,97
06.02.03	Outras	48.390,31	25.177,00
		0,00	0,00
07.01.03	Capital	0,00	0,00
07.01.04	Conservação e reparação	0,00	0,00
07.01.07	Construções diversas	0,00	0,00
07.01.08	Equipamento de informática	15.477,81	0,00
07.01.09	Sotware informático	0,00	157,00
07.01.10	Equipamento administrativo	0,00	0,00
07.01.11	Equipamento básico	84.127,56	84.884,76
	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Total da despesa em c/ fundos comunitários	724.386,97	310.433,45
		0,00	0,00
	FF 520 Saldos de RP transitados		0,00
	Correntes		0,00
01.01.02	Órgãos Sociais	0,00	46.860,88
01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime da função pública	112.871,41	566.273,46
01.01.06	Pessoal contratado a termo	97.445,95	131.842,22
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa e avença	14.158,20	416,60
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0,00	0,00
01.01.11	Representação	0,00	622,44
01.01.13	Subsídio de refeição	9.012,88	30.022,37
01.01.14	Subsídio de férias de de natal	10.821,37	64.722,12
01.02.20	Horas extraordinárias	0,00	49,18
01.02.04	Ajudas de custo	596,74	424,20
01.02.05	Abono para falhas	83,58	230,84
01.02.07	Colaboração técnica especializada	0,00	19.875,94
01.02.21	Subsídio de trabalho noturno	0,00	144,97
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	86,42
01.03.01	Contribuições da entidade patronal para a ADSE	0,00	0,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	886,45
01.03.01	Contribuições da entidade patronal para a ADSE	0,00	0,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	132,42	0,00
01.03.04	Outras prestações familiares	0,00	150,48
01.03.05A0AO	Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	38.097,38	139.872,92
01.03.05A0BO	Contribuições para a Segurança Social	14.604,63	52.921,05
01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	481,23	0,00
01.03.10D0	Doença	119,38	466,52
01.03.10PO	Parentalidade	0,00	676,39
02.01.01	Matérias primas e subsidiárias	3.847,03	0,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.951,98	
02.01.04	Limpeza e higiene	6.663,00	0,00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	0,00	0,00
02.01.08	Material de escritório	12.655,03	0,00
02.01.09	Produtos químicos e farmaceuticos	5.739,04	0,00
02.01.12	Material de transporte-peças	206,80	0,00
02.01.14	Outro material- peças	10.706,72	0,00
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	1.760,97	0,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	2.277,30	0,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	601,58	
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	14.017,61	6.773,17
02.01.21	Outros bens	59.122,95	1.697,60
02.02.01	Encargos das instalações	272.190,73	23.364,87
02.02.02	Limpeza e higiene	360.152,16	0,00
02.02.03	Conservação de bens	45.847,85	0,00
02.02.04	Locação de edifícios	0,00	0,00
02.02.05	Locação de software informático	8.314,50	
02.02.06	Locação de material de transporte	0,00	0,00
02.02.08	Locação de outros bens	85.200,00	0,00
02.02.09A0	Acessos à internet	0,00	0,00
02.02.09 BO	Comunicações fixasde dados	3.499,02	
02.02.09C0	Comunicações fixas de voz	304,29	0,00
02.02.09D0	Comunicações móveis	0,00	480,22
02.02.09F0	Outros serviços de comunicação	4.978,38	0,00
02.01.10	Transportes	2.514,62	0,00
02.02.11	Representação de serviços	2.493,95	0,00
02.02.12	Seguros	20.592,36	0,00
02.02.13	Deslocações e estadas	1.432,99	812,02
02.02.14	Estudos, pareceres e consultadoria	0,00	0,00
02.02.15	Formação	0,00	0,00
02.02.17	Publicidade	5.671,74	0,00
02.02.18	Vigilância e Segurança	24,60	206.696,80

02.02.19 C0	Assistência técnica- outras	31.638,34	0,00
02.02.20 A0	Serviços de natureza informática	0,00	0,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	77.345,99	1.611,30
02.02.22	Serviços de Saúde	0,00	0,00
02.02.25	Outros serviços	55.850,56	0,00
03.06.01	Outros encargos financeiros	16.966,48	
C4.03.05	SAS-IPV	0,00	0,00
C4.07.01	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
C4.08.02	Transferências- outras	2.986,43	2.000,00
06.02.03	Outras despesas correntes	60.320,48	21.954,59
07.01.03	Conservação e reparação	0,00	0,00
07.01.04	Construções diversas	0,00	79.587,19
07.01.06	Material de transporte	0,00	32.393,15
07.01.07	Equipamento informático	35.912,02	0,00
07.01.08	Software informático	0,00	0,00
07.01.09	Equipamento administrativo	2.415,03	0,00
07.01.10	Equipamento básico	31.619,16	9.562,43
07.01.11	Ferramentas e utensílios	2.095,50	0,00
07.01.12	Artigos e objetos de valor	0,00	0,00

Total despesa FF 520 = 1639.647,41 - 1.443.478,79

FF 540 Financiamento no subsetor (outros organismos autónomos)

	Correntes		
01.01.07	Pessoal e regime de tarefa ou avença	6.150,00	
02.01.04	Limpeza e higiene		
02.01.05	Alimentação- Refeições confeccionadas		
02.01.08	Material de escritório		
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos		
02.01.10	Encargos das instalações		
02.01.14	Outro material- peças		
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas		
02.01.16	Mercadorias para venda		
02.01.17	Ferramentas e utensílios		
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	166,80	
02.01.21	Outros bens		
02.02.01	Encargos das instalações		
02.02.02	Limpeza e higiene		
02.02.03	Conservação de bens	5.193,06	
02.02.09	Comunicações		
02.02.17	Publicidade		
02.02.18	Vigilância e Segurança		
02.02.19	Assistência técnica		
02.02.20	Serviços de Saúde		
02.02.25	Outros serviços		
04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos		
06.02.03	Outras despesas correntes	60,00	
07.01.07	Equipamento de informática		
07.01.09	Equipamento administrativo		
07.01.10	Equipamento básico		

Total despesa FF 540 = 193.06 - 6376,80

FF 313 Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados

	Pessoal		
01.02.04	Ajudas de custo	19.545,29	25.119,33
	Correntes	0,00	0,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	322,45	864,50
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	143,23	
02.01.08	Material de escritório	115,77	389,17
02.01.10	Encargos das instalações	0,00	0,00
02.01.14	Outro material-peças	189,14	105,24
02.01.17	Ferramentas e utensílios	990,14	
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	240,40	202,31
02.01.21	Outros bens	0,00	1.023,74
02.02.03	Conservação de bens	1.357,36	116,85
02.02.08	Lotação de outros bens	0,00	
02.02.12	Seguros	259,73	0,00
02.02.13	Deslocações e estadas	20.811,93	17.597,19
02.02.20	Outros trabalhos especializados	14.446,43	7.519,77
02.02.25	Outros serviços	29.749,10	36.561,91
03.06.01	Outros encargos financeiros	22,00	0,00
04.08.02	Outras transferências	43.344,78	0,00
05.02.03	Outras despesas correntes	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00
07.01.07	Equipamento informático	2.144,59	2.884,44
07.01.09	Equipamento administrativo	0,00	72,85
07.01.10	Equipamento básico	5.647,70	

FF 319 Transferências de RG entre organismos

Correntes

01.02.04	Ajudas de custo	4.680,20	4.702,24
02.01.08	Material de escritório	261,55	0,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	214,03
02.01.18	Livros e documentação técnica	0,00	0,00
02.01.10	Encargos das instalações	0,00	0,00
02.01.13	Deslocações e estadas	0,00	2.410,96
02.01.14	Outro material- peças	59,95	0,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	226,84	0,00
02.01.21	Outros bens	116,92	0,00
02.02.02	Limpeza e higiene	0,00	0,00
02.02.03	Conservação de bens	0,00	0,00
02.02.09	Comunicações	0,00	0,00
02.01.18	Vigilância e segurança	0,00	0,00
02.02.12	Seguros	195,77	0,00
02.02.13	Deslocação e estadas	2.250,73	0,00
02.02.14	Estudos, pareceres e consultadoria	0,00	0,00
02.02.15	Formação	0,00	0,00
02.02.17	Publicidade	0,00	0,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	553,56	454,75
02.02.22	Serviços de Saúde	0,00	0,00
02.02.25	Outros Serviços	4.974,03	7.052,69
03.06.01	Outros encargos financeiros	0,00	22,00
04.03.05	Universidade de Aveiro	0,00	0,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
04.08.02	Outras transferências	6.085,00	0,00
060203	Outras	0,00	0,00
	Capital		0,00
07.01.07	Equipamento informático		0,00
07.01.08	Software informático		1.100,25
07.01.10	Equipamento básico		0,00
07.01.11	Ferramentas e utensílios		0,00

Total despesas FF 319: 19.404,55 - 15.956,92

FF 358 Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados

Correntes

01.02.04	Ajudas de custo	1.595,45	
02.01.04	Limpeza e higiene	0,00	
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	569,55	
02.02.03	Conservação de bens	621,15	
02.02.13	Deslocações e estadas	2.353,53	
02.02.20	Outros trabalhos especializados	8.358,76	407,49
02.02.25	Outros serviços	16.953,72	
		0,00	
07.01.07	Equipamento informático	6.278,52	
07.01.10	Equipamento básico	8.962,24	
		0,00	

Total despesas FF 358: 46.692,92 - 407,49

FF 359 Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos

Correntes

04.08.02	Outras transferências		

Total despesas FF 359: 0,00

FF 910 Saldos de Fundos Europeus

Correntes

02.01.21	Outros bens	53,36	

Total despesas FF 910: 53,36

II-Total da entrega ao Tesouro em c/ receita própria 24.600.986,86

III- Total de pagamentos do exercício (I+II)

Importâncias entregues ao Estado e outras Entidades

Receitas do Estado	4.646.334,76	4.457.884,43	
Operações de Tesouraria	1.875.240,12	1.886.996,12	

IV-Total da despesa de fundos alheios 6.521.574,88 6.344.880,55

Saldo para a gerência seguinte

Execução orçamental - Fundos Próprios

FF311	Orcamento de Estado	998,83	33.302,67
		00.000,00	177.770,77

Mitmar Corres de Campor